

## RODRIGUES DE FREITAS E A INDÚSTRIA UM CONFRONTO COM OLIVEIRA MARTINS

MANUEL FERREIRA RODRIGUES

No início da década de 1880, respondendo ao convite de Oliveira Martins para colaborar numa *Enciclopédia dos Enciclopedistas*, J. J. Rodrigues de Freitas Júnior mostra-se disponível para redigir uma dúzia de artigos de índole económica que passo a enumerar: «Papel-moeda», «Ouro e prata», «Fisiocracia», «População», «Produtos imateriais», «Renda da terra», «Salários», «Socialismo», «Seguros», «Sistema mercantil», «Valor e Trabalho»<sup>1</sup>.

Perante este elenco de verbetes, que explicitam, de forma eloquente, a natureza da sua formação científica e as áreas de maior interesse, seria mais razoável que este meu texto se debruçasse sobre as suas concepções de comércio ou mercado do que sobre a indústria – tema que não consta de forma explícita da lista referida, nem parece constituir tema de reflexão frequente na sua obra, separado da questão pautal, do ensino industrial ou da economia no seu todo.

Tomando a palavra *indústria* numa acepção muito lata de «conjunto de trabalhos criadores de utilidade», e partindo do pressuposto de que «toda a indústria é movimento», Rodrigues de Freitas defende que «tanto vale classificar as indústrias, como classificar os *movimentos económicos*». Encontra nessa razão motivos «para atribuir um papel especial às *indústrias de circulação* [isto é, ao comércio], as *quas levam os productos de uns a outros ramos do trabalho, ou fazem passar até ao consumidor os productos definitivos*»<sup>2</sup>.

Mesmo assim, ao focar deliberadamente a atenção sobre a natureza das posições de Rodrigues de Freitas perante a Indústria e a Civilização Industrial, confrontando-as com as de Oliveira Martins, procurei ver o que aproxima e o que distingue o nosso autor dos restantes corifeus da sua geração, procurando, aí, uma vereda para uma mais clara compreensão da evolução das suas concepções políticas, económicas e culturais. Recordo que a cidade do Porto procurava afirmar-se, desde início da segunda metade de Oitocentos, como «o maior foco do trabalho nacional», «uma vasta officina, nobilitada não só pela força poderosa das machinas, mas tambem pelo trabalho moralizador da familia»<sup>3</sup>.

Importava saber, também, de que modo as suas atitudes face à indústria teriam contribuído para o ostracismo a que foi condenado o seu nome, para não falar do quase completo desconhecimento de uma obra rica e multifac-

cetada, depois de ter conhecido, em vida, o aplauso e o reconhecimento públicos dos mais diversos sectores do espectro político português.

Um testemunho. Numa carta dirigida a Inocêncio, com data de 1867, recusando os encómios escritos por Pereira Caldas no *Diccionario bibliographico*, a propósito da sua tradução de um texto inglês quando ainda só contava catorze anos de idade, Rodrigues de Freitas deixa entender a elevada consideração em que é tido pelos seus contemporâneos<sup>4</sup>. Esse prestígio terá aumentado mesmo, nas décadas seguintes, alargando-se o círculo dos que lhe admiravam a moderação em matéria de política e a competência e o rigor científicos, pedindo-lhe o conselho avisado, independentemente das divergências de opinião.

A crescente amizade que o ligava ao autor do *Portugal Contemporâneo*, a partir da década de 70, não o impediria de lhe manifestar, em público, ou em privado, as suas divergências. Em Fevereiro de 1892, dizia a Oliveira Martins: «há 2 annos entramos num periodo em que o maximo erro dos estadistas (Deus me perdoe o termo) tem sido o fechar os olhos á realidade e querer evitar o essencialmente inevitavel. O pão, pão, queijo, queijo, nunca foi tanto para aplicar. Quanto a mim, que demais, estou a valer cada vez menos, sabe que, apesar de oppozição de ideas sobre varios assumptos, sou seu amigo»<sup>5</sup>.

Uma década antes, no conhecido opúsculo sobre o *Portugal Contemporâneo*, Rodrigues de Freitas dizia ao seu amigo, considerado «o maior representante do pensamento da decadência na geração de 70»<sup>6</sup>: «temos conversado muito sobre a política indígena, ambos descontentes [...]; mas estou longe de ver tudo tão feio, e tão negro como V. o viu e desenhou»<sup>7</sup>.

Entendendo o presente apenas como um momento da evolução da Humanidade, Rodrigues de Freitas distancia-se dos seus contemporâneos mais conhecidos, nomeadamente de Oliveira Martins, ficando menos permeável à *encenação e dramatização* da História e às teses do vitalismo organicista martiniano, conexo com a agonia civilizacional de Spengler. Parece ser essa a razão por que o lexema *decadência*<sup>8</sup> se encontra em número tão escasso e de forma avulsa na sua obra<sup>9</sup>.

Trata-se de uma divergência essencial, que radica numa diversa formação intelectual e filiação ideológica, a que não terão sido alheios os percursos biográficos dos dois autores aqui considerados. A este propósito, cumpre realçar que, na Academia Politécnica do Porto, no tempo em que Rodrigues de Freitas ali estudou, terão imperado «ideologias seculares favoráveis ao progresso material e ao desenvolvimento social»<sup>10</sup>, o que permite considerar aquela instituição «como uma alternativa ao tradicional ensino universitário coimbrão», onde, como se sabe, dominava o organicismo krauseano, de características antiliberais e anti-socialistas<sup>11</sup>. Os objectivos políticos dessa filosofia são clarificados por Costa Lobo: «É ésta

theoria que indica o verdadeiro remedio ás feridas que o systema liberal, a par de muitos e grandes beneficios, tem aberto na sociedade»<sup>12</sup>.

No referido opúsculo, Rodrigues de Freitas acrescentava: «A história de Portugal desde 1826, qual o seu livro no-la dá, é a de uma decadência rápida, que leva a uma crise fatal; debalde se buscariam sintomas de progresso moral ou económico; estaríamos decididamente condenados a lavrar terras e emigrar para o Brasil; nada mais»<sup>13</sup>. Mais à frente, fiel ao seu credo liberal, acrescentava ainda, contestando a «ingratidão» martiniana: «O meu amigo atribui a decadência de Portugal no presente século não só a erros dos homens, porém, ainda ao liberalismo na política e à concorrência na economia; [...] mas tendo o liberalismo e a concorrência dirigido ou poderosamente influenciado o moderno movimento das nações que progredem, não me parece que a esses princípios deva atribuir-se a nossa hipotética decadência»<sup>14</sup>.

De facto, a razão dessa diversa análise da realidade retrospectiva como prospectiva radica numa diferença substancial. Ao contrário dos mais conhecidos intelectuais da «geração nova», que vêem o presente como decadente, para Rodrigues de Freitas o presente é tão-só um elo da cadeia infinda da marcha inelutável do Progresso, uma fase, quase um início, do processo em curso. Essa concepção iluminista do Progresso e do devir das sociedades torná-lo-ia mais aberto à compreensão autónoma dos fenómenos económicos e sociais do que aos juízos que sobre os mesmos tecem os seus contemporâneos. Em 1864, Rodrigues de Freitas dizia: «O progresso multiplicou e aperfeiçoou os maquinismos que produzem riqueza. Houve consideravel reforma nas ideias e nos costumes. O juro tornou-se o facto natural e compativel com a justiça, em vez de ser crime piedosamente punido por leis civis e ecclesiasticas [...]. O talento e o genio inventivo cessaram de serem obrigados a pedir reverentemente licença à ignorancia... Privilegios e monopolios soffreram guerra que afinal conseguiu derrotar tantos. As caixas economicas, as variedades de emprezas bancarias, as sociedades de socorros mutuos, os montepios, os seguros de vida foram inventados e outros aperfeiçoamentos»<sup>15</sup>.

Essa postura levá-lo-ia, mais tarde, a responder aos seus críticos, deixando preciosas indicações sobre a evolução do seu pensamento político no caminho do demoliberalismo republicano: «Não vejo no liberalismo dos nossos pais a última palavra da ciência política, assim como não vejo na economia clássica de Smith e Say, ou até na de Bastiat e Mill, o verbo final da chamada ciência das riquezas; *a história humana é ainda muito curta, e as investigações sociológicas são muito incompletas* [...]; quaisquer que sejam, porém, os princípios, *entendo que a concorrência não será suprimida, mas sim regulada*; e que o liberalismo, em vez de desaparecer, se organizará

robustamente, *conciliando numa síntese científica a autoridade e a liberdade, o Estado e o Indivíduo*»<sup>16</sup>.

Noutra passagem afirma: «Posto o presente em confronto com o provável futuro – quantos melhoramentos não resta ainda realizar!»<sup>17</sup>, acrescentando: «[...] é bem possível que em séculos não muito afastados do nosso o limite máximo do trabalho mineiro seja de seis horas, ou que, a ser maior, se tenham aperfeiçoado tanto os processos extractores de hulha, que a tarefa quotidiana se torne menos pesada que o labor de seis horas actualmente»<sup>18</sup>. Noutra ainda (e poderiam ser citar-se tantas mais), Rodrigues de Freitas considera que houve um espantoso progresso se tomarmos a condição dos trabalhadores dos séculos anteriores e os do seu tempo. Ter operários a discutir «problemas económicos da máxima gravidade» e o facto de «pesarem mais ou menos com os seus votos nos parlamentos e nos gabinetes políticos» atesta bem a dimensão desse fenómeno contemporâneo como testemunha bem a marcha do progresso<sup>19</sup>.

Nos escritos compulsados, Rodrigues de Freitas patenteia uma notável coerência, assente numa inquestionável crença na Razão, no poder da Ciência, nomeadamente na Patologia e na Higiene, para a resolução dos inúmeros problemas sociais. Essa fé optimista no Progresso explicará a fé na perfectibilidade humana – razão da importância que a Educação, nomeadamente da educação infantil, tem na sua obra – como explicará, também, a defesa da tolerância e do pacifismo em matéria de política.

Num primeiro confronto entre Rodrigues de Freitas e Oliveira Martins no tocante à indústria, a diferença mais evidente reside no léxico utilizado. Contrariamente a Oliveira Martins – como à maioria dos seus contemporâneos –, são as escassas hesitações terminológicas em Rodrigues de Freitas, quando se refere ao Mundo da Fábrica. Em 1866, os industriais são referidos como «homens de iniciativa», «empresários» e «empreendedores», e pertencem à «classe industrial», constituindo, conjuntamente com os operários, as «classes laboriosas»<sup>20</sup>. Os assalariados são «operários», não «artistas». Especialmente após os acontecimentos da Comuna de Paris é mais frequente o lexema «proletário». Trata-se de uma diferença decisiva.

Por outro lado, Rodrigues de Freitas não opõe a indústria à agricultura ou a outra qualquer actividade. Entende-a apenas como uma componente de um sistema mais vasto, olhando-a também como uma conquista de enorme alcance para a Humanidade. A sua visão, tipicamente prometeica, atribui à indústria um poder que permite ao homem tornar-se um «quase Deus»: «A produtividade do trabalho humano é hoje assombrosamente maior do que há poucos séculos; as maravilhas da indústria têm-se multiplicado por tal modo que, se os homens da Idade Média ressuscitassem cuidariam que os seus hodiernos sucessores tinham recebido, por mercê divina, qualidades mais próprias de seres sobrenaturais, que de miserandos mercadores do lacrimoso

vale»<sup>21</sup>. Esta posição contrasta de forma evidente com as ambiguidades misotécnicas e antiurbanas da maior parte dos intelectuais do seu tempo, nomeadamente de Oliveira Martins.

No início da década de 1880, defendendo medidas de protecção à indústria, o autor do *Portugal Contemporâneo* granjeia a admiração dos empresários portuenses. Oliveira Martins envolve-se na realização do *Inquérito Industrial de 1881*, é nomeado para a direcção do Museu Industrial e Comercial do Porto, dá continuidade à obra de António Augusto de Aguiar<sup>22</sup>, e escreve em *A Província*, onde advoga o protecçionismo, a instrução técnica e a legislação laboral como forma de «defesa do trabalho nacional. [d]a restauração da indústria e [d]a protecção às classes desvalidas»<sup>23</sup>. Mesmo assim, Oliveira Martins descreve as fábricas ora como uma «outra espécie de castelos que desfraldam ao vento pendões de fumo sobre os mastros cilíndricos de tijolo, e dentro dos quais mourejam, brutalmente reunidos, exércitos de formigas negras trabalhando às ordens de monstros de aço infatigáveis»<sup>24</sup>, ora como uma inevitabilidade orgânica e histórica<sup>25</sup>.

No mesmo período, Rodrigues de Freitas, coerente com os seus princípios liberais, não possuindo no entanto ideias fixas sobre matéria pautal – o que lhe valeu a reprovação pública de Pereira de Magalhães e o desprezo dos empresários portuenses<sup>26</sup> –, considerava pernicioso a «tentativa de *criar indústrias* pela influencia de fortes direitos pautaes», acrescentando: «pela mesma razão que, apesar das pautas protecçionistas de 1837, a iniciativa particular não se apressou a erigir manufacturas»<sup>27</sup>.

Além disso, considerando que «são frequentes os exemplos do desemprego de numerosísimos operarios sob regimen da protecção», Rodrigues de Freitas chega mesmo a considerar preferível a emigração «a instituir fabricas em tão más condições, que talvez sejam forçadas a contribuir para augmentar o quadro das miserias do proletariado!»<sup>28</sup>.

Sobre a famigerada questão de se saber se Portugal era ou não *um país essencialmente agrícola*<sup>29</sup>, Oliveira Martins dizia de forma abstracta, mas peremptória: «Não há países essencialmente coisa nenhuma. Todas as nações são essencialmente tudo»<sup>30</sup>. De modo diferente, apoiando-se nos testemunhos de A. Smith e J. B. Say, Rodrigues de Freitas afirmaria: «é muito errónea a proposição segundo a qual o nosso paiz é essencialmente agrícola, se por ella se pretende dizer que não devemos entregar-nos á industria, e que nos circumscrevamos ás lides campestres [...]; mas pela importancia relativa que ainda teem as aldeias na economia portugueza e pela grande superioridade numerica da população dellas, póde ainda agora asseverar-se que somos *especialmente* agricolas; e com maior motivo se applicariam estas palavras ao Portugal da primeira metade do seculo XIX; é, porém, evidente a vantagem de fazermos todos os esforços para dilatar com a possivel rapidez as manufacturas; sobre este ponto não pode haver

desacordo; e seria perder forças o provoca-lo, ou mante-lo»<sup>31</sup>. Uma dezena de anos antes havia-se referido à questão de uma forma mais clara, chamando a atenção para o facto de não ser «a bondade da terra, nem a excelência do clima que dá a vitória no campo comercial». Lembra que não havia um só produto agrícola «que não possa ser abundantemente produzido em terras estrangeiras», pelo que «embora nos digamos nação essencialmente agrícola, não tomemos esta frase numa acepção pretenciosa a ponto de nos considerarmos assaz superiores à Espanha, ou à França, ou a outros territórios»<sup>32</sup>.

No domínio da energia, Rodrigues de Freitas dizia ainda: «parece-lhe que já agora nada mais podemos fazer porque “nos falta o carvão, matéria-prima industrial, e nos faltam outras matérias-primas muito mais graves ainda: juízo, saber, educação adquirida, tradição ganha, firmeza no governo e inteligência no capital”. Infelizmente é certo que nada disto possuímos em abundância [...]. *A falta de carvão não está de todo provada*; e também se não provou que não houvesse água bastante para em boas condições mover grande número de máquinas»<sup>33</sup>. Estes argumentos – que sublinham o desconhecimento da existência ou não de matérias-primas como de energia no nosso País, e contêm implícita uma crítica aos «políticos» do seu tempo – serviriam o discurso industrialista republicano do início deste século<sup>34</sup>.

José M. Amado Mendes, divulgou o teor de uma carta de Oliveira Martins a Jaime Batalha Reis, onde é evidente o seu interesse pelas máquinas, embora esse facto se correlacione com a sua ligação profissional ao caminho de ferro. Dizia o autor dos *Filhos de D. João*: «De Philadelphia lhe peço me mande tudo o que houver em catalogos e *Information* sobre vias estreitas especialmente machinas Baldroim»<sup>35</sup>.

Nessa mesma altura, também Rodrigues de Freitas escrevia a Jaime Batalha Reis. Mas pedia outro tipo de bibliografia, dando, assim, indicações sobre a origem das fontes teóricas da sua formação. As máquinas não lhe interessavam enquanto tais. As máquinas constituíam apenas, e tão-só, um meio para obtenção de preços baixos e de redução dos esforços para fabricar os produtos<sup>36</sup>. Para além das constituições dos estados da federação norte-americana, Rodrigues de Freitas queria que Batalha Reis lhe trouxesse obras sobre Educação e Economia Política. Assim escreveu: «desejo também a ultima edição da obra de Amasa Walker, *The Science of Wealth*; a edição que conheço é de Boston, 1867; se há outra posterior não sei»<sup>37</sup>. Um ano depois, dizendo-se admirador de Henry Charles Carey, de quem «conhe[cia] a obra capital», formulava pedidos idênticos: «Peço que lhe pergunte [a H. C. Carey] ou ao A. Walker, qual o melhor livro elementar americano sobre *Economia* Política, livro popular e completo. O manual do P. Smith é bem escripto, mas não é popular. Desejaria um no sentido de Ellis para as escolas Birbeck»<sup>38</sup>.

Como se sabe, Henry Charles Carey (1793-1879), autor de *Principles of Political Economy* (1837-40), fora um dos introdutores da «escola clássica» nos EUA. Por volta de 1842 afasta-se progressivamente do liberalismo optimista que advogara para se aproximar do proteccionismo<sup>39</sup>. Importava saber se Rodrigues de Freitas conheceu as obras da reacção (antibritânica) de Carey ao comércio livre. Se sim, que influência tiveram nas suas concepções económicas?

No tocante ao entendimento sobre as reivindicações dos operários e a oposição Capital-Trabalho, as posições entre os dois, só aparentemente são idênticas, muito embora, quer um quer outro, observem a necessidade da dignificação e melhoria de condições de vida do operariado. A participação de Oliveira Martins no *Inquérito Industrial de 1881*, enfatiza a importância que ocupam, no seu pensamento político, as «questões sociais, isto é, a condição dos operários, o regime do salario, a hygiene e a moral das oficinas»<sup>40</sup>. O texto daquele inquérito sublinha: «Promover o bem estar das populações é decerto o ponto de vista de todo o estadista merecedor d'este nome; e a criação da riqueza só por si, quando se dê à custa da existência dos trabalhadores, pôde ser abstractamente excellente, mas em economia positiva e pratica, para não falar na moral, é nefasta»<sup>41</sup>.

Considerando falsa a oponibilidade Capital-Trabalho, à maneira de Bastiat, Rodrigues de Freitas admite a força expressiva dessa relação<sup>42</sup>. Mas, para o nosso autor, «a questão social apresenta-se especialmente económica», e parte de um conjunto mais vasto: «Um operario ficou sem trabalho? Fechou-se uma fabrica de pequenissimo vulto? Eis um passo no caminho por onde sair do Éden»<sup>43</sup>. Como se vê, Rodrigues de Freitas interessa-se mais pelas consequências económicas do despedimento do operário ou do encerramento da unidade fabril. Nos textos compulsados, operários e patrões são abstracções económicas, partes de um conjunto que se pretende em evolução contínua e harmónica. A economia assume as características de uma ideologia subordinada aos ditames da eficácia. Mesmo as considerações sobre o trabalho não escapam à natureza desse olhar. Rodrigues de Freitas considera o trabalho humano «a mais notavel materia prima, aquella sem a qual nenhuns sêres teriam utilidades onerosas, é a que se não representa em quantidade de materia, physicamente fallando, mas sim em formas, e em qualidades»<sup>44</sup>.

De qualquer modo, esta posição iria conduzi-lo à defesa da despenalização da greve<sup>45</sup>, como a reprovar o comportamento brutal das polícias para com o operariado alemão<sup>46</sup>, ou a defender a moderação das reivindicações obreiras, tomando como modelo o operariado britânico<sup>47</sup>. Estas atitudes relevam da unidade do seu pensamento social e político, e ter-lhe-ão valido inúmeras inimidades no seio do patronato, como no do operariado militante.

Mas as explícitas referências aos industriais revelam surpreendentemente uma (leve) influência organicista no pensamento de Rodrigues de

Freitas. Dimensão inesperada para quem se habituou a olhá-lo tão-só como um liberal de formação ortodoxa<sup>48</sup>. Note-se que o organicismo constitui o ponto de partida da análise de muitos intelectuais da Geração de 70. Não entendendo a sociedade como um organismo, à maneira de Oliveira Martins – para quem «a sociedade não é, como um teatro, um mecanismo: é, como o Mundo, um organismo»<sup>49</sup> –, Rodrigues de Freitas serve-se da metáfora organicista retirando à indústria um papel decisivo na conformação da nova sociedade. Afinal, Rodrigues de Freitas respira o fundo ideológico comum à generalidade dos intelectuais portugueses de Oitocentos.

Os «seus» empresários não constam, obviamente, da «galeria de horrores» que refere Filomena Mónica<sup>50</sup>. Mas também não assumem um papel motor na nova economia. Quando Rodrigues de Freitas se refere à «burguesia» portuguesa, as suas exprobrações jamais assumem o carácter de manifesto iconoclasta, como o fez Ramalho Ortigão, ao acusar os «chefes de indústria» de impedirem o desenvolvimento do País, mas não deixa de os censurar pela adopção dos padrões de vida da aristocracia, sugerindo, supletivamente, um número apreciável de soluções para os inúmeros problemas com que se debatiam as empresas.

Em 1872, num contexto marcado pelos comentários políticos à Comuna de Paris, recorre à metáfora orgânica para definir o empresário como sujeito ao interesse do organismo social, ainda que lhe dê um lugar de algum relevo no conjunto, pois considera que o seu trabalho «é espinhoso», e «que é indispensável a toda a empresa um homem, ou até uma corporação, que a dirija com cuidado; se fôr mal dirigida, rapidamente desaparecerá». Para Rodrigues de Freitas, «o empresário traça o plano, e reúne as matérias primas, as máquinas, e o trabalho». Mas acrescenta, sublinhando, contudo, a sua natureza de parte do «organismo económico»: «tirai qualquer d'estas partes, e a produção deixará de existir, ou ficará sujeita a grande transtornos; se da fábrica levarem as matérias primas, nem as máquinas nem os operários poderão produzir; se os trabalhadores cruzarem os braços, ficarão improdutivoas as matérias primas e as máquinas; finalmente, se não houver *quem indague das condições da produção* e do consumo, *quem saiba os preços em diversos mercados*, e, emfim, *quem se responsabilize pelos resultados da empresa*, a fábrica deixará de funcionar. Existe, portanto, *harmonia* entre o trabalho desses elementos de produção; e quaesquer que sejam os dissentimentos sobre a parte de cada qual, *nenhum dos contendores se esqueça de que visam todos o mesmo fim*»<sup>51</sup>. Como se vê, não se trata da *harmonia natural* de que fala A. Smith a propósito dos mecanismos da troca, ou da cooperação espontânea dos agentes económicos decorrente da divisão do trabalho. Assemelha-se mais com a *harmonia* de Bastiat, mas afasta-se deste ao reconhecer que essa harmonia não era *preestabelecida*.



Em 1876, enumerando soluções para a crise, critica na «burguesia portuguesa», numa acepção larga, aproximando-se aqui também do discurso de Oliveira Martins, ainda que, como sempre, de forma moderada e «pedagógica»: «duas palavras à burguezia: a burguezia vem do trabalho; sahi do terceiro estado; a extinção da aristocracia favoreceu-lhes os progressos: não esqueça pois os seus progenitores. Atraiçoa-los-hia se não fosse trabalhadora, e democrata. Fica-lhe bem tudo o que é util e deveras civilizador [...]. Distinções fidalgas na burguezia são caricaturas, ao passo que esses instrumentos ennobrezem quando inteligentemente empregados». Isto é, «a burguezia [devia] animar a agricultura, e a industria; fund[ar] escolas; foment[ar] as artes e as sciencias»<sup>52</sup>.

A este propósito, e em conformidade com a defesa de uma sociedade meritocrática, exemplificava: «Na Suissa, para não fallar d'outras nações, o ensino é uma questão vital para todos os partidos». Cita a propósito, um diálogo entre Dixon e um professor suíço. Quando o primeiro lhe pergunta se os alunos pertenciam a todas as classes, o professor terá respondido: «entre nós a posição vem do talento»<sup>53</sup>. Rodrigues de Freitas conclui: «Estas palavras dizem-nos que um bom cocheiro vale mais do que um titulo, e poupam-nos largas reflexões. Pense n'ellas a burguezia. Olhe para si propria, e diga-nos se os seus costumes conseguiram crear alguma escola d'arte, inspirar a penna ou o pincel; somos um povo sem museus, quasi sem monumentos modernos»<sup>54</sup>.

No discurso proferido na Academia Politécnica do Porto, dirigindo-se aos alunos – a quem incitava «para o combate da existência», se queriam «tornar a vida feliz» –, Rodrigues de Freitas deixa bem explícito o seu fascínio pelo *self-made man* ao elogiar de forma superlativa (e romanceada) R. Cobden, a «creança que, guarda[ndo] carneiros, se tornou o homem corajoso que guiava homens, e um dos cidadãos do seu tempo»<sup>55</sup>. Ao sublinhar um conjunto de virtudes burguesas – de que se destacam o trabalho, a poupança, a moderação – Rodrigues de Freitas deixava-nos, assim, o retrato do empresário (e do cidadão) ideal.

Mas, coerentemente, o seu empresário não deveria fechar-se, e ver o mundo através das paredes da sua empresa. À «nobreza de carácter», essencial para granjear apoios decisivos, Rodrigues de Freitas entende que, tal como Cobden, o empresário deverá estar atento «à marcha economica do paiz», deverá «esforçar-se por se instruir, já na leitura de bons escriptores, já em viagens»<sup>55</sup>. E, também, à semelhança de Cobden, dizia haver mais vantagens em defender o comércio do que a guerra.

A propósito de Franklin continuava a enumerar as virtudes da «cartilha» liberal, defendendo que se devia poupar «para comprar livros», que se deveria evitar «querer passar por homem da moda» e agradar-se mais da economia e do trabalho. A casa não deveria ter «senão o indispensavel».

Desse modo, Franklin «juntou grossas sommas [e] fundou estabelecimentos de utilidade publica», sendo «o typo de cidadão democrata, não d'esta democracia que clama sómente em quanto não póde elevar-se à aristocracia; mas da que não consente imposturas nem ficções nos governos dos povos ou na vida individual, ainda que venham cobertas com mantos reaes, e enfronhadas em genealogias»<sup>56</sup>.

Trata-se, obviamente, de uma postura diferente da de Oliveira Martins, para quem não havia «equação entre o progresso material e o progresso moral». É que, esclarecia, «a vida tinha mais encanto quando era mais difícil, e os desejos mais insaciados, e as ambições mais modestas»<sup>57</sup>. Como bem vira Augusto Santos Silva, a realidade económica em Oliveira Martins é «as mais das vezes reduzida ao aspecto financeiro»<sup>58</sup>, uma vez que para Oliveira Martins o «Portugal português» mais não é do que «uma granja e um banco», a «burguesia» circunscreve-se tão-só à «burguesia bancária», a «filha dilecta do liberalismo».

Mas os «conselhos» e «reparos» de Rodrigues de Freitas não se ficavam pela moral empresarial. Quando ainda havia poucas caixas económicas no País – num esforço de ler criadoramente a realidade do reino à luz dos seus princípios –, Rodrigues de Freitas aponta-as como solução provisória para a falta de capitais, como de inúmeros problemas sociais: «É sabido que a classe industrial ainda encontra graves embaraços para alcançar capitalistas que lhes [em]prestem dinheiro com que dilatar as suas operações. Se nos não engana o conhecimento de alguns factos, mais devem esperar as classes laboriosas de si mesmas, do que estabelecimentos por capitalistas; *no decurso do tempo ha-de succeder d'outro modo; mas por enquanto não*; e o pior é que o paiz está perdendo milhões e milhões em cada ano, e que a industria não tem a instrucção e o credito para se desembaraçar das faxas infantis»<sup>59</sup>. Acrescentava, depois: «reunam-se os donos das fabricas. Alguns delles teem avultada fortuna. O Porto, por exemplo, já possui estabelecimentos de bom valor. Formem sociedade; e a garantia mutua lhes sirva de instrumento para alcançarem capitaes que agora não conseguem [...]. Todos os socios utilizam e obtêm o que, isoladamente, seria impossivel»<sup>60</sup>.

Outro aspecto que diferencia Rodrigues de Freitas dos restantes intelectuais da «geração nova» diz respeito à forma como relaciona a educação e a realidade económica – nomeadamente pela ênfase dada ao ensino primário e pré-primário. Em 1879, no parlamento, afirmava: «A questão financeira e as questões políticas estão em grande parte dependentes da instrucção nacional, e principalmente da primaria. Como se ha-de augmentar a materia colectavel se não crescer a *capacidade industrial* de cada individuo?»<sup>61</sup>. Acrescentaria, depois, criticamente: «Gastámo-nos abusando enormemente das navegações e da conquista; de sorte que não podémos acompanhar outros imperios nas conquistas scientificas e

industriais; leiam-se os nomes dos sábios que dotaram a humanidade com grandes descobertas no mundo intelectual; percorra-se a lista dos que applicaram as sciencias a tantos ramos de trabalho; nenhum, ou quasi nenhum acharemos que seja portuguez»<sup>62</sup>.

Assim, a instrução primária deveria merecer ao Estado – sublinho, *ao Estado* – a maior atenção, pois «necessita menos cuidado a secundaria, como eu a entendo; e menos ainda a superior»<sup>63</sup>. Mas a instrução pública deveria começar «no que os allemães chamam *Kindergarten* ou jardim de infancia», segundo o método de Froebel, a fim de «desenvolver a iniciativa das creanças, em lugar de lhes *impor* conhecimentos que só sobrecarregam a memoria»<sup>64</sup>. É que, em sua opinião, «facilitado o ensino da infancia, teremos largamente beneficiado as industrias, que luctam tantas vezes com a difficuldade de obter pessoal habilitado. Leiam-se os relatorios de companhias incipientes e comprehender-se-ha melhor o alcance do que acabo de dizer. E contudo os nossos operarios são intelligentes e corajosos»<sup>65</sup>.

No domínio do ensino profissional propriamente dito, Rodrigues de Freitas estava próximo das propostas de Joaquim de Vasconcelos. Mas vai mais longe, ao sugerir que não se deveria formar apenas mão-de-obra qualificada. Em sua opinião, a formação deveria dirigir-se, também, aos empresários, grandes ou pequenos: «Em casas de negócio, em associações bancárias, em explorações de minas, em construções de caminho de ferro, não se encontram numerosos indivíduos vindos de nações estranhas a ganhar bons ordenados porque os seus conhecimentos excedem os dos nossos compatriotas das mesmas classes? Em toda a parte, a ciência vai adiante da ignorância. O grande número de escolas de comércio que há em nações estrangeiras, e o apreço em que são tidas, provam claramente a influencia dos conhecimentos dos negócios.

«[...] *Se os negociantes precisam de saber bem vários assuntos económicos e sociais, também o industrial e o agricultor o não dispensam, já pelas ligações íntimas em que se acham com o comércio, já pelo que é indispensável compreender e bem praticar para que as empresas sejam bem fundadas e dirigidas.* As relações entre o capital fixo e o circulante; a influencia das máquinas e do crédito na indústria, *as vantagens da divisão do trabalho*, as oscilações dos preços, a composição deles, os salários, tudo isto é de sumo interesse para o dono da gigantesca manufactura e da humilde casa em que o chefe e a sua família apenas são auxiliados por poucos operários de fora». Sublinho a modernidade deste aspecto, pois, na opinião de alguns autores nossos contemporâneos, a inexistência de formação de empresários constitui, ainda hoje, uma realidade de custos elevados<sup>66</sup>.

Nessa linha de pensamento, Rodrigues de Freitas lamenta a escassa consideração pela economia e pela história económica junto dos agentes económicos, como na cultura portuguesa: «Infelizmente no nosso país não

são muito lidos os trabalhos sobre assuntos económicos; mas cumpre registar com alegria que já o foram muito menos»<sup>67</sup>.

## CONCLUSÃO

Embora não seja difícil encontrar pontos de identidade com Oliveira Martins – cuja obra lia com atenção –, o entendimento e as soluções que Rodrigues de Freitas tem para a Sociedade e a Economia do seu tempo são, no conteúdo como na forma, obviamente diversas. A decisiva influência dos economistas da «escola clássica, em Rodrigues de Freitas, opunha-se à formação proudhoniana e organicista do autor do *Portugal Contemporâneo*. Eis, pois, os pilares que sustentam as divergências entre os dois autores. A forma como olham a Indústria é parte integrante desse património cultural e ideológico. Daí que as referências mais explícitas à Indústria em geral se faça quase só no âmbito dos acalorados debates sobre os méritos ou deméritos do protecționismo, ou da instrução popular.

De qualquer modo, não poderemos sujeitar nenhum deles à caricatura de um quadro estático e dicotómico, apesar de ser evidente que as grandes diferenças se manifestam inversamente: o optimismo moderado de Rodrigues de Freitas opõe-se ao pessimismo dramático de Oliveira Martins. O primeiro enfatiza a inexistência de uma cultura económica enquanto o outro sublinha a ausência de uma cultura política.

O que os une, fazendo-nos crer mais em proximidade do que em distância? Une-os um conjunto de atitudes correlacionados com o complexo processo de formação do Estado Moderno português, no quadro de uma economia lenta e tardiamente industrializada. Ainda que menos obsessivamente, também em Rodrigues de Freitas é evidente um desencanto com os «políticos», como, paradoxalmente, e apesar das suas posições liberais, não recusa exigir que o Estado ocupe pontualmente a «esfera do Indivíduo». Um bom exemplo dessa postura são as críticas que dirige aos governadores civis por «não contribuírem para a feitura de estradas, para o estabelecimento de bibliotecas populares, para a instituição de sociedades cooperativas, para a fundação de escolas, e, finalmente, para tudo quanto seja progresso material e moral desta terra»<sup>68</sup>.

Ficam, contudo, algumas dúvidas. O facto de Rodrigues de Freitas não ter sido historiador terá contribuído para o carácter duradouro das concepções liberais no seu pensamento económico? Carey chegou ao protecționismo pela análise histórica. Lembro que, após 1848, o pensamento económico torna-se sensível à «questão social», operando um progressiva recusa do cosmopolitismo e da harmonia liberal em favor de uma quadro nacional regulado.

O diminuto impacte da Obra de Rodrigues de Freitas na cultura portuguesa – mais evidente nas primeiras décadas deste século –, penso resul-

tar não desse «desajustamento» histórico, mas de outra circunstância. Mais decisivo para o seu esquecimento terá sido o facto de Rodrigues de Freitas não ter escrito romance ou poesia. O romantismo, como sublinha F. Catroga entronizou o romancista e o poeta como os *cleros* da nova sociedade.

## NOTAS

\* Mestre em *História Contemporânea de Portugal*. ISCIA, Aveiro.

1. Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Esp. E20: Espólio de Oliveira Martins, *Cartas de J. J. Rodrigues de Freitas*, s.d. *Sublinhados meus*.
2. J. J. Rodrigues de Freitas, *Princípios de Economia Política*. Porto, Livraria Universal, 1883, p. 107-108.
3. 1.º Aviso da Comissão Portuguesa para a Exposição de Londres dos Productos de todas as Nações», in *Revista Universal Lisbonense*, 1850.12.12, *apud* David Justino, *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*, vol. 1. Lisboa, Vega, 1988, p. 77.
4. BNL, Esp. E30/145: Colecção de Inocêncio, *Cartas de J. J. Rodrigues de Freitas Júnior*, 1867.07.29. O texto intitula-se «Uma viagem a Portugal», e fora publicado no *Almanak Comercial, Judicial e Administrativo do Porto e seu Distrito para o anno de 1854-1855*, Porto, Tipografia de J. L. de Sousa.
5. BNL, Esp. E20: Espólio de Oliveira Martins, *Cartas de J. J. Rodrigues de Freitas*, 18 de Fevereiro de 1892.
6. António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 2.ª ed., Lisboa, Vega, s.d., p. 323.
7. J. J. Rodrigues de Freitas, *O Portugal Contemporâneo do Sr. Oliveira Martins*, Porto, Livraria Universal, 1881, p. 48.
8. António Machado Pires, *op. cit.*, p. 21.
9. Algumas (mas poucas) vezes, faz escrever expressões que o filiam no decadentismo finissecular. Referindo-se às leituras das meninas no ensino secundário também diz ser-lhes útil o conhecimento de «um pouco das *glórias* de Portugal e das *causas da sua decadência*» (J. J. Rodrigues de Freitas, «O Congresso Internacional de Bruxellas», 1889, in *Páginas avulsas*, Porto, Livraria Chardron, 1906, p. 262).
10. Jorge Fernandes Alves, «Introdução» a J. J. Rodrigues de Freitas, *Novas páginas avulsas*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1996, p. 11. Mesmo assim, importa não esquecer as críticas de Pereira Magalhães: «Não me consta, porém, que d'esta academia tenha sabido um só discípulo capaz de dirigir qualquer estabelecimento industrial» (A. S. Pereira Magalhães, *Exposição industrial dirigida ao Exmo. Sr. Visconde de Castro Silva*, Porto, Typ. de José Lourenço de Sousa, 1853, p. 9).

11. Segundo Luís Cabral Moncada, foi Vicente Ferrer Neto Paiva (1798-1886) quem divulgou entre nós a filosofia de Karl Friedrich Krause (1781-1832), que viria a exercer profunda influência nos seus discípulos (cfr. L. Cabral Moncada, *Subsídios para uma história da filosofia do direito em Portugal (1772-1911)*, Coimbra, 1938, p. 63-64, 67-69). Os «nossos verdadeiros krausistas», diz Cabral Moncada, foram Levy Maria Jordão (1831-1875), Martens Ferrão (1824-1895), Madeira Abranches (? -1883) e, sobretudo, António Silva Costa Lobo (1840-1913). Destaca-os de uma vaga de inextricável eclectismo jurídico, que mescla o jusnaturalismo wolfiano a um organicismo segundo Ahrens, e uns laivos de cientismo. Note-se que estes autores vão escrever num contexto internacional dominado pela emergência das ideias socialistas de Fourier, Saint-Simon, Louis Blanc, Proudhon, Marx, etc. Luís de Magalhães, que realizara, em 1877, para cadeira de Direito Público, uma dissertação subordinada ao tema, *Concepção orgânica da Sociedade e do Estado*, refere-se jocosamente ao predomínio estereotipado dessa filosofia: «Não lhes conto nada: era uma maravilha de organicismo! Fiz d'uma nação um ser vivo, o mais anthropomorfizado que se pode imaginar. Na agricultura e na indústria, localizei as funções nutritivas, de reparação, etc.; no commercio, transportes, navegação, as funções circulatorias; na familia, a cellula social; nos serviços administrativos as funções coordenadoras e motoras do sistema nervoso; na instrução, escolas, academias, litteratura, as mais altas funções cerebraes; na religião e a moral, a vida da consciencia, etc.» (L. Magalhães, *Tradicionalismo e Constitucionalismo. Estudos de Historia e Politica Nacional*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, C.ª, 1927, p. 54).
12. Costa Lobo, *O Estado e a Liberdade de Associação*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1864, p. 49.
13. J. J. Rodrigues de Freitas, *O Portugal Contemporâneo do Sr. Oliveira Martins*, Porto, Livraria Universal, 1881, p. 4 e 52.
14. *Idem*, *op. cit.*, p. 201.
15. J. J. Rodrigues de Freitas, «A economia e os seguros de vida», *A Providente*, I, n.º 3, 31 de Dezembro de 1864, p. 21-22.
16. J. J. Rodrigues de Freitas, *O Portugal Contemporâneo [...]*, p. 59-60. *Sublinhados meus*.
17. J. J. Rodrigues de Freitas, «O Congresso Internacional de Bruxellas», 1889, in *Paginas avulsas*, p. 255.
18. *Idem*, *op. cit.*, p. 256.
19. J. J. Rodrigues de Freitas, *A revolução social. Analyse das doutrinas da Associação Internacional dos Trabalhadores*, Porto, 1872, p. 254-255.
20. J. J. Rodrigues de Freitas, «Caixas economicas», *A Providente*, II, n.º 5, 1 de Março de 1866, p. 29.
21. J. J. Rodrigues de Freitas, «Uma experiência bancária. A circulação de notas do Banco de Portugal nos últimos anos», 1892, in *Paginas avulsas*, p. 203.
22. José M. Amado Mendes, «Oliveira Martins e a Indústria», *Estudos Aveirenses*, n.º 4, 1995, p. 40.
23. J. P. de Oliveira Martins, *A Provincia*, vol. I, *apud* José M. Amado Mendes, *op. cit.*, p. 39.
24. A. Álvaro Dória, *Oliveira Martins – o economista*, *apud* José M. Amado Mendes, *op. cit.*, p. 27.

25. J. P. de Oliveira Martins, *A Província*, vol. II, p. 56-57, *apud* José M. Amado Mendes, *op. cit.*, p. 31
26. Essa diferença já havia sido cotejada publicamente, no quadro da crise bancária de 1876 (Cf. Jorge Fernandes Alves, *op. cit.*, p. 19).
27. J. J. Rodrigues de Freitas, «Um economista português», 1889, in *Páginas avulsas*, p. 39 e 41.
28. *Idem. op. cit.*, p. 44.
29. Sobre esta problemática, v. José M. Amado Mendes, *Portugal agrícola o industrial? Perfis de uma polémica y sus repercusiones en el desarrollo (siglos XIX-XX)*, sep. de *Studia historica. Historia Contemporánea*, vol. 12, 1994, p. 229-258.
30. J. P. de Oliveira Martins, *O Reporter*, vol. I, p. 75, *apud* José M. Amado Mendes, «Oliveira Martins e a Indústria», p. 31.
31. J. J. Rodrigues de Freitas, «Um economista português», 1889, in *Páginas avulsas*, p. 42-43.
32. J. J. Rodrigues de Freitas, «A indústria e a instrução» (*O Comércio do Porto*, 12 de Dezembro de 1979), in Jorge Fernandes Alves, *op. cit.*, p. 239.
33. J. J. Rodrigues de Freitas, *O Portugal Contemporâneo [...]*, p. 53.
34. O seareiro José H. Azeredo Perdigão deixou-nos um bom exemplo dessa postura industrialista, em oposição explícita ao ruralismo de autores como Anselmo de Andrade. Este considerava que, num país como o nosso, «onde as matérias primas faltam, e onde o carvão de pedra não existe, as indústrias só podem medrar à sombra de protecções caras» (A. de Andrade, *Portugal económico*, Lisboa, Manuel Gomes Editor, 1902, p. 311). Azeredo Perdigão contrapunha que a escassez de minério assentava nuns quantos indicadores macro-económicos, desgarrados de um verdadeiro conhecimento da realidade económica do País. A inexistência de inquéritos, estatísticas, estudos parcelares e sectoriais escoravam as suas convicções (Cf. José Henrique de Azeredo Perdigão, «A indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», *Arquivos da Universidade de Lisboa*, vol. III, 1916, p. 5-192).  
Sobre a consideração desta questão na historiografia portuguesa da industrialização, como sobre os efeitos reais da escassez de fontes de energia e matérias-primas no crescimento económico português, v. Jaime Reis, *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*, Lisboa, 1993, p. 157-180.
35. José M. Amado Mendes, *ob. cit.*, p. 34.
36. J. J. Rodrigues de Freitas, *Princípios de Economia Política*, Porto, Livraria Universal, 1883, p. 120-121. Anos antes afirmava: «Quem ignora que uma nova máquina pode vir substituir proveitosamente a dezenas de braços, um pouco de ferro e carvão» («A educação e os seguros», *A Providente*, II, n.º 11, 1866.09.01, p. 72).
37. BNL, Esp. E 4/29-12. Mç. 28: Espólio de Batalha Reis, *Cartas de J. J. Rodrigues de Freitas*, 11 de Abril de 1876. Nesta carta dava conta das condições do *Comércio do Porto* para a colaboração de J. Batalha Reis naquele jornal.
38. *Idem*, Carta 4 de Abril de 1877. São duas cartas, com diferenças de pormenor, remetidas do Porto (R. da Cedofeita, n.º 640) para Nova Iorque, uma, e Filadélfia, a outra.

39. Cf. Arthur Taylor. *As grandes doutrinas económicas*. Lisboa, Publicações Europa-América, col. «Saber», n.º 16, 1978, p. 75.
40. *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo*. II parte: *Visita às fabricas*, liv. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 298.
41. *Ibidem*.
42. J. J. Rodrigues de Freitas, *A revolução social* [...], p. 255.
43. J. J. Rodrigues de Freitas, «As crises commerciaes e monetarias», *A Providente*, II, n.º 1, 01 de Novembro de 1865, p. 3.
44. J. J. Rodrigues de Freitas, *Principios de Economia Politica*, p. 110-111.
45. Jorge Fernandes Alves, *op. cit.*, p. 17-18.
46. Rodrigues de Freitas salienta o conteúdo da queixa de um delegado alemão ao congresso de Bruxelas sobre as «dolorosas condições» em que viviam os operários alemães: «mas não é somente a miséria que nos faz sofrer; mais do que ela, nos afflige o procedimento atroz da policia, tratando-nos como bestas feras» (J. J. Rodrigues de Freitas, *A revolução social* [...], p. 249).
47. Quando «os operários do Continente suspeitam da energia e firmeza das classes laboriosas da Grã-Bretanha, podem estas, recordando eloquente passado, provar que *a moderação é nelas um sinal de grande progresso*, e uma prova de valor maior do que o de seus parciais censores» (J. J. Rodrigues de Freitas, *A revolução social* [...], p. 254). Poderia fazer minhas as palavras de Ana Maria Alves sobre os liberais portugueses: «a maioria dos liberais portugueses é republicana em França e admira profundamente a evolução lenta e ordeira da Inglaterra na senda da democracia» (Ana Maria Alves, *Portugal e a Comuna de Paris*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971, p. 129).
48. Ainda que se reporte apenas à obra *A Revolução Social* [...], Amadeu Carvalho Homem viu em Rodrigues de Freitas um «liberal ortodoxo» (Cf. «O republicanismo e o socialismo», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 244).
49. J. P. de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 8.ª ed., vol. I, Lisboa, Guimarães Editores, 1976, p. 24.
50. Maria Filomena Mónica, *Os grandes patrões da indústria portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1990, p. 15-16.
51. J. J. Rodrigues de Freitas, *A revolução social* [...], p. 104 e 106. Os *sublinhados* são meus.
52. J. J. Rodrigues de Freitas, *Crise monetaria e politica de 1876. Causas e remedios*, Porto, Livraria Moré, 1876, p. 117.
53. *Idem*, *op. cit.*, p. 118.
54. *Idem*, *op. cit.*, p. 118-119.
55. J. J. Rodrigues de Freitas, *Discurso pronunciado na Academia Polytechina do Porto no dia 1.º de Outubro de 1867*, Porto, Typ. do Comércio do Porto, 1867, p. 5.



56. *Idem, op. cit.*, p. 12-13.
57. Oliveira Martins, *Política e história*, apud José M. Amado Mendes, «Oliveira Martins e a Indústria», p. 30.
58. Augusto Santos Silva, *Oliveira Martins e o socialismo. Ensaio de leitura crítica*, Porto, Afrontamento, 1979, p. 24.
59. J. J. Rodrigues de Freitas, «Caixas económicas», *A Previdente*, 11, n.º 5, 1 de Março de 1866, p. 29. *Sublinhado* meu.
60. *Ibidem*.
61. J. J. Rodrigues de Freitas, *Discursos parlamentar sobre a Instrucção Publica proferido na camara dos snrs. Deputados nas sessões de 7 e 9 de Maio de 1879*, Porto, Imprensa Commercial, 1879, p. 1.
62. *Idem, op. cit.*, p. 2-3. Os exactos termos deste lamento seriam retomados, uma década depois, por Sousa Viterbo, num contexto em que era mais evidente a inferioridade nacional em confronto com os países da Europa industrializada: «exceptuando os descobrimentos marítimos, em que me parece haver-se concentrado toda a actividade [do povo português] - dizia -, não me recordo de nenhum invento português que ficasse marcado assinaladamente nos annaes da sciencia ou da industria» (Sousa Viterbo, *Arqueologia industrial portuguesa. Os moinhos*, sep. do *Archeologo português*, vol. II, n.ºs 8 e 9, 1896, p. 6).
63. *Idem, op. cit.*, p. 3.
64. *Idem, op. cit.*, p. 11, 25 e 33.
65. *Idem, op. cit.*, p. 14.
66. Manuel Oliveira Marques chamava recentemente a atenção para o paradoxo (de natureza estrutural?): «De facto, grande número dos nossos empresários provém dos estratos mais humildes da nossa sociedade (são *self-made men*), não trazendo consigo educação académica e até escolar compatível com as exigências da liderança de uma organização. Por outro lado, é reduzida a propensão para a iniciativa empresarial por parte de pessoas com nível mais elevado de educação». Por isso, considera lamentável que as universidades se concentrem especialmente na formação de gestores, e não encarem a possibilidade de contribuir para a formação dos empresários (Manuel Oliveira Marques, «A modernização do tecido empresarial», in suplemento do *Pública*, n.º 2423, 28 de Outubro de 1996, p. 47).
67. J. J. Rodrigues de Freitas, «A America», *A Previdente*, n.º 2, 1 de Dezembro de 1868, p. 13-14.
68. J. J. Rodrigues de Freitas, *Trabalhos parlamentares do Excmo. Snr. José Joaquim Rodrigues de Freitas, deputado pelo Circulo de Valença, na camara dissolvida em Maio de 1871*, Porto, Typ. do Comércio do Porto, 1871, p. 6.

